

1. Introdução

Essa ideia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais [...]. A representação das roupas esvoaçantes nos pintores florentinos do século XV, os neologismos de Rabelais, a cura dos doentes de escrófula pelos reis da França e da Inglaterra são apenas alguns entre os exemplos sobre o modo como, esporadicamente, alguns indícios mínimos eram assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais: a visão de mundo de uma classe social, de um escritor ou de toda uma sociedade.

Carlos Ginzburg¹

“Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”

Diz o provérbio francês que “*avec des ‘si’ on mettrait Paris en bouteille*” (Com os ‘se’ colocaríamos Paris dentro de uma garrafa), ressaltando as situações absurdas às quais somos conduzidos quando resvalamos nos encantos sedutores da conjunção “se”. Com essa simples conjunção, podemos construir grandes empreitadas no mundo da imaginação ou — a nos manter sempre na esfera imagética dos provérbios e expressões — podemos “construir castelos no ar”. A imagem das construções imaginárias tem um dos seus mais “sólidos” alicerces no simples “se”. É preciso admitir que a pequena conjunção é libertadora, pois proporciona abrir as mais diversas janelas da experiência, permite traçar novas linhas do horizonte e vivenciar “realidades” que, de outra forma, não seriam impossíveis. Ilusória panaceia a qual podemos recorrer contra a monotonia da realidade presente.

Mas a referida conjunção não deixa de possuir um lado mais perigoso e este se relaciona à escrita da História. Caso existam “pecados” do historiador, certamente, aventar realidades que não aconteceram seria um deles. E tais pecados principiam, na maior parte das vezes, com uma pergunta introduzida por “se”.

Mas a pergunta — ainda que tentadora — não conduz necessariamente a um pecado do historiador, desde que não seja respondida historicamente. E se o Império Romano do Ocidente não tivesse caído? E se a América não tivesse sido

¹ GINZBURG, Carlos: **Mitos, emblemas e sinais**. 2001. p.p. 177-178

descoberta? E se Constantinopla não tivesse sido tomada pelos turcos em 1453? E se a fuga de Luis XVI não tivesse sido frustrada, em Varennes, naquela noite de 21 de junho de 1791? Formular tais perguntas não é, em si mesmo, um erro histórico. Basta que tenhamos consciência de que simplesmente não poderemos respondê-las historicamente. Mas esse tipo de questionamento pode se tornar salutar, quando nos estimula a analisar com mais atenção e desvelo as forças que estão em jogo em determinado momento do passado; a refletir sobre as tensões, diferenças e semelhanças dos atores sociais de uma época. O desejo em prever realisticamente como teria sido aquele “futuro do passado” que não ocorreu afina o olhar e desperta o anseio de conhecer os homens e suas sociedades, na esperança de podermos reconstituir o desdobramento da ação hipotética. Caso perguntemos — fazendo uso, a título ilustrativo, de um dos exemplos mencionados acima —: o que teria acontecido se a fuga de Luis XVI não tivesse sido frustrada em Varennes? E se Luis XVI nem mesmo tivesse colocado o plano da fuga em prática? Essas perguntas podem nos estimular a refletir sobre os objetivos do rei, sobre as ideias políticas que circulavam na França ou, então, sobre o poder de ação dos *émigrés* que se refugiavam além das fronteiras da França confabulando contra a Revolução. Mas jamais saberemos qual teria sido o destino de Luís XVI e de sua família, se a Revolução teria se radicalizado com o Terror, tampouco se os *émigrés* teriam êxito em seus propósitos. As perguntas poderiam seguir *ad infinitum*; respondê-las seria sobrepor umas às outras, como pequenos tijolos que formariam vastos castelos de possibilidades que não aconteceram, todos eles assombrosa e unicamente alicerçados na conjunção condicional “se”.

O historiador francês Paul Veyne intitulou um dos seus livros *Acreditavam os gregos em seus mitos?*, sugestivo título que faz uso de toda ênfase que uma interrogação pode conceder. O mesmo historiador, mais recentemente, intitulou outro de seus livros com título não menos expressivo, *Quando nosso mundo se tornou Cristão*. Ousado seria quem viesse a se inspirar em Veyne e, conjugando o título de ambas as obras, intitulasse seu escrito de *E se o nosso mundo não tivesse se tornado Cristão?*.

Hei de fazer um *mea culpa*, ou melhor, um *fere mea culpa*, um quase *mea culpa*, e confessar que, em parte, esta tese nasceu de uma tentação ao “pecado” do

historiador. A tentação de responder: “E se o nosso mundo não tivesse se tornado Cristão?”. Mas ressalto, desde já, que não caí em tentação, pois, responder a tal pergunta seria sair dos domínios de Clio e seguir pelos domínios de sua irmã Euterpe — musa da poesia lírica, outra filha dessa grande deusa da Memória, Mnemósine, que tanto nos fascina e assombra —, seria sair das searas da História e seguir por aquelas da Literatura. Não cabe à História imaginar o que teria acontecido se certa situação não tivesse ocorrido. Mas cabe sim à História refletir sobre diferenças de modo de apreensão do mundo do passado e é sobre isso que estas linhas tratam.

A minha dissertação de mestrado, intitulada *Konstandinos Kavafis e o Mundo Greco-Romano: diálogos entre a História e a poesia* abordou as relações entre o poeta grego moderno de Alexandria e a cultura clássica da qual sofrera grande influência. Mais especificamente, tentei apontar a ideia de História que Kavafis desenvolveu — perdoem-me a redundância — em seus poemas de temática histórica, ideia essa a meu ver que foi fortemente influenciada/reinventada com base no *topos* da *historia magistra vitae* da Antiguidade. Chegada a hora de buscar um objeto de pesquisa para o doutorado, decidi que gostaria de continuar na esfera dos textos proveniente da cultura Greco-romana, mas dessa vez não pelo intermédio de um autor contemporâneo, mas sim através do contato direto com um autor da época. Mas qual autor? Iniciei a busca e foi através da página eletrônica da célebre editora francesa Les Belles Lettres que, pela primeira vez, tomei conhecimento da existência de Procópio de Cesareia. A primeira sensação que tive ao ler a sinopse das *Anékdota* foi desconcertante. Mas não imaginava que o texto que acabava de encontrar viria a se relacionar com a questão que diversas vezes passara-me pelo espírito: “E se o nosso mundo não tivesse se tornado Cristão?”.

Tempos depois o livro chegava às minhas mãos e a pesquisa para a redação do projeto começaria. Logo, descobri que as *Anékdota* eram um texto que durante muitos séculos fora dado como perdido e que só seria redescoberto na Biblioteca Apostólica Vaticana, já no século XVII e que tal descoberta causaria grandes polêmicas, tanto a respeito da veracidade contida nesse documento, como, até mesmo, a respeito da sua autenticidade autoral. Descobriria ainda que a palavra

“anedota”, corrente na língua portuguesa e, pelo menos, nas principais línguas ocidentais, teve seu sentido cunhado por influência do próprio livro de Procópio. Estava diante de um texto rico de significados. Mas foi somente durante o correr do doutorado que comecei a considerar as *Anékdota* como um texto representativo da Antiguidade Tardia, esse período que se configura a partir de uma dimensão geográfica, o Mediterrâneo, e temporal, as fronteiras entre o período da Antiguidade e o da Idade Média. A maneira e a intensidade com que Procópio de Cesareia redigiu e estruturou o seu texto era algo *sui generis* o que me levou a indagar sobre as razões disso. Fazendo uso ainda das palavras do historiador italiano, Carlo Ginzburg, o “faro, golpe de vista, [e] intuição” indicavam-me que essa obra de Procópio de Cesareia estava entre dois mundos: o dos clássicos da Antiguidade e aquele da fé cristã. A invectiva que Procópio de Cesareia lançava contra Justiniano, Teodora, Belizário e Antonina seria a denúncia de seus pecados. Mas um problema levantou-se contra a minha hipótese: a exacerbada crítica aos desregramentos morais da ordem do privado já haviam sido denunciados na Antiguidade por autores pagãos: Demóstenes contra a hetaira Neera, Suetônio contra Calígula e Tácito contra Messalina.

Mas a questão não era a denúncia moral em si mesma, mas a forma como esta se dava e de onde provinha segundo o historiador de Cesareia, isto é, a origem dos males. Procópio transformara Justiniano e Teodora na encarnação de demônios. A concepção adotada por Procópio tratava-se de uma concepção eminentemente cristã. O meu interesse em refletir sobre as diferenças entre as visões de mundo do paganismo e do cristianismo, fizeram com que visse que estava em minhas mãos um texto convidativo a tal reflexão e foi por esse caminho que segui em minha pesquisa.

Tentei apreender o texto das *Anékdota* como um sugestivo indício para penetrar em duas diferentes mundividências, com o mesmo espírito das palavras de Ginzburg que encimam como epígrafe esta introdução. Considerei o texto procopiano como revelador da adoção de elementos característicos da mundividência e/ou sensibilidade cristã na escrita de um texto que se propõe ser eminentemente um texto de História, e que mimetiza os considerados padrões da historiografia clássica greco-romana. Por conseguinte, através desse ângulo

analítico, as *Anékdota* configuram-se como um texto revelador de um fenômeno mais geral, o triunfo de elementos tipicamente cristãos na forma de percepção dos homens e mulheres que viveram na Antiguidade Tardia, o que logo conduz a refletir não somente sobre o cristianismo, mas também sobre o seu contraponto, o paganismo.

É preciso, no entanto, fazer uma importante ressalva, a ideia de “um cristianismo” e de “um paganismo” perenes, coesos e que se contrapõem não se sustenta. Bem sabemos que entre o paganismo de Homero, o dos estoicos e o dos mitraístas, por exemplo, há várias e grandes diferenças; do mesmo modo, não podemos falar de um cristianismo impermeável à variabilidade dos grupos que o compõem e às mudanças de ordem histórica. Mas sem enfrentar o medo de buscar pontos em comum, de aproximar significados, de agrupá-los e de tecer comparações, o trabalho do historiador torna-se uma mera sucessão monótona e infinita que se compraz em constatar a idiossincrasia impenetrável de cada elemento do passado, podendo chegar, até mesmo, à tautológica afirmação de que cada minuto é um minuto diferente do outro. O passado torna-se assim irreduzível a qualquer análise e resvalamos na impossibilidade de interpretação, em situação que se aproxima àquela descrita por Ginzburg, ao comentar a análise feita por Foucault sobre as memórias de um criminoso francês do século XVII: “A possibilidade de interpretar esse texto foi excluída de forma explícita, porque equivaleria a alterá-lo, reduzindo-o a uma razão estranha a ele. Não sobra mais nada, além de ‘estupor’ e ‘silêncio’”². A percepção das diferenças que subjazem sob os termos é essencial, mas levá-la a extremos é tão prejudicial à escrita da História como as grandes generalizações que não levam em conta as sutis diferenças, sejam elas temporais, espaciais ou sociais. O historiador jaz entre a tensão de buscar continuidades e especificidades. Resvalar no excesso das continuidades é interpretar de forma embrutecida e anacrônica, resvalar no excesso das especificidades é a própria incapacidade de interpretar. Consciente dessa dificuldade, desse delicado equilíbrio ao qual o historiador deve se manter, espero ter seguido sempre a recomendação de Horácio, que tão bem expressa o

² GINZBURG, Carlo: **O Queijo e os Vermes**. p.17

ideal de moderação tão caro à Antiguidade: *Dum vitant stulti vitia, in contraria currunt* (Os tolos, ao evitarem os vícios, correm para os vícios opostos) ³.

À título introdutório, é importante ainda dizer certos aspectos que concernem à estruturação formal desta tese. Esta se divide essencialmente em quatro capítulos — excluindo a introdução e a conclusão. Gostaria de apresentar brevemente as razões que me levaram a compor cada um desses capítulos:

- “Os Desconcertos de um Texto” - Visto que penso ser de grande importância a relação que um texto estabelece com a sua tradição de interpretações e/ou apropriações, decidi não me limitar somente ao período da Antiguidade Tardia, mas abordar também a descoberta das *Anékdota* por Nicoló Alemmani, na primeira metade do século XVII, as implicações que esse texto, até então considerado perdido, desencadearam, assim como ele foi interpretado por determinados intelectuais nos séculos que se seguiram. No entanto, interpus entre a apresentação da descoberta das *Anékdota* e a sua fortuna crítica, uma apresentação da estrutura da obra, na qual expus o mais objetivamente possível uma síntese de cada um dos trinta pequenos capítulos. Essa ordem justifica-se, após inteirar-se das circunstâncias que envolveram a descoberta, o leitor poderá inteirar-se, de maneira mais consubstancial, sobre o que é tratado propriamente nas *Anékdota*, podendo assim acompanhar às constantes referências que lhes são feitas do desenvolvimento subsequente da tese.

- “A Antiguidade Tardia” — esse capítulo pretende oferecer primeiramente um breve histórico do desenvolvimento do conceito de Antiguidade Tardia, assim como definir o que a historiografia atual entende a respeito deste. Em seguida, adentro mais especificamente o ambiente do reinado do imperador Justiniano com a sua política de reconquistas, cenário no qual Procópio de Cesareia desenvolveu toda a sua obra, sendo, por isso, necessário para uma perfeita compreensão das *Anékdota*.

- “Uma leitura literária das *Anékdota*” — A partir do instrumental teórico oferecido pela obra de dois críticos literários, o alemão Ernest Auerbach e o russo

³ HORÁCIO apud TOSSI, Renzo: **Dicionário de Sentenças Latinas e gregas**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2010. (3ª edição).

Mikhail Bakhtin, tentei deslindar algumas características textuais do texto estudado. Primeiramente, mostro como certos traços atribuídos por Auerbach a uma maneira judaica e posteriormente cristã de abordar os temas se faz presente nas *Anékdota*, diferenciando esse texto da tradição historiográfica grega, ainda que Procópio a mantenha como modelo. A presença de personagens pertencentes às classes mais baixas, em um texto de gênero sério, assim como a abordagem de temáticas cotidianas, consideradas “baixas”, aproximam as *Anékdota* do *sermo humilis* cristão. Em um segundo momento, empreendo uma aproximação entre o gênero da Comédia Menipeia, conforme é apresentado por Bakhtin, e as *Anékdota*.

- “Outono da História Clássica ou Primavera da Mundividência Cristã na História?” — No último capítulo, pretendo mostrar como as *Anékdota* são um texto em que se conjugam os parâmetros da historiografia grega com uma visão de mundo tipicamente cristã, o que me levou a refletir sobre as diferenças básicas entre uma mundividência cristã e uma mundividência pagã.

Gostaria também de comentar a respeito da escolha do título, *A História em Desconcerto*. A meu ver as *Anékdota* desconcertam a história em dois sentidos. O mais patente é aquele de um historiador que tece afirmações que vão em direção contrária àquelas que ele mesmo afirmou em outras obras; o de um historiador que confessa ter omitido propositalmente determinadas informações que seriam as verdadeiras causas dos acontecimentos. Por esse motivo, as *Anékdota* desconcertaram e ainda desconcertam o restante da obra de Procópio. Esse seria o primeiro sentido, mas outro menos aparente se faz igualmente presente: as *Anékdota* desconcertam a história clássica. Procópio pretendeu que as *Anékdota* fossem um complemento a sua obra maior, que fossem o nono livro da *História das Guerras* — um livro que, por sua vez, tem como modelo a *História da Guerra* do Peloponeso de Tucídides. Procópio teve o cuidado de manter um grego que se assemelhasse ao estilo de seus predecessores clássicos e a justificativa que apresentou no começo de seus livros, explicando o porquê de escrever seus relatos, é uma razão característica da historiografia clássica: perpetuar os feitos do passado, fazer com que a gesta dos homens não fosse tragada pelo tempo, possibilitar que os homens do futuro pudessem aprender e se orientar através do

conhecimento das experiências pretéritas. No entanto, Procópio escreveu as *Anékdota* para denegrir o imperador. Ora, para que a sua crítica fosse eficaz — calando fundo na alma daqueles que viessem a lê-la — era preciso lidar com parâmetros e valores que pertencessem realmente ao grupo dos seus futuros e potenciais leitores, foi por isso que deslegitimizou o imperador ao afirmar que ele e sua mulher, Teodora, eram na verdade demônios. Ora, a visão cristã que se insere dentro das *Anékdota* é alheia à historiografia clássica, dessa forma, podemos dizer que as *Anékdota* desconcertam os padrões clássicos da história antiga, sem, entretanto, que Procópio deixe de tê-la como modelo.

Para finalizar, retomo o argumento com o qual dei início a esta introdução, a afirmação de que um dos pecados do historiador é tentar supor o que teria acontecido, caso determinado fato tivesse ou não ocorrido. Repito, o problema não reside propriamente em formular a pergunta com a conjunção “se”, mas sim em tentá-la responder. Aos historiadores tal resposta afigura-se como um “pecado”, simplesmente porque ao dizê-la eles saem dos seus domínios, mas não à literatura. As *Anékdota* acabam nos estimulando, no final das contas, a pensar a respeito das diferenças entre uma mundividência cristã e uma pagã e, sem querer, escapole de nosso pensamento a pergunta: “E se o nosso mundo não tivesse de tornado cristão?”. E ainda que a História frustrada nesse ponto tenha que se conformar com o fato de que somente a literatura é capaz de fornecer uma ou várias respostas, não deixa de ser interessante notar que Euterpe pode mostrar a Clio que o “futuro do passado” já esteve um dia em aberto, tal qual é hoje o nosso futuro. É difícil para a História — assim como é, talvez, para a maioria dos Homens — a sensação de que o acontecido não necessariamente era o único possível. Aproveito o ensejo e recorro aqui as palavras da historiadora francesa, Mona Ozouf ao comentar o episódio da fuga de Varennes:

Do movimento inesperado que podem tomar os destinos, os romancistas se encantam: é o infinitamente improvável que constitui para eles, como para Hannah Arendt, a própria textura do real. Eles estão habituados a substituir os acontecimentos que aconteceram pelos imaginários, a sonhar com a infinitude de desenlaces possíveis. Os historiadores, em compensação, procuram sempre extrair da profusão de fatos a necessidade que os ordena. Para eles, impermeáveis ao que é fortuito, aplicados em reduzir o intervalo entre o possível e o real, o que aconteceu tinha que acontecer. Conhecer o fim da história é um privilégio ambíguo: estão inclinados a dobrar os acontecimentos que realmente aconteceram, em encontrá-los uma racionalização, a apagar a reflexão sobre o que poderia ter sido. E

enquanto o romancista não está nem um pouco inquieto com as discordâncias de testemunhos [...] o historiador procura sempre conciliá-los, reduzi-los a parte de incertezas, sobre uma versão unificada⁴. (A tradução é nossa)

⁴ “Du tour inattendu que peuvent prendre les destins, les romanciers s’enchantent : c’est l’infiniment improbable qui constitue pour eux, comme pour Hannah Arendt, la texture même du réel. Ils sont rompus à substituer les événements imaginaires à ceux qui ont eu lieu, à rêver à l’infinité des dénouements possibles. Les historiens, en revanche, cherchent toujours à débusquer sous le foisonnement des faits la nécessité qui les ordonne. Pour eux, imperméables à ce qui est fortuit, appliqués à réduire l’intervalle entre le possible et le réel, ce qui est arrivé le devait. Connaître la fin de l’histoire est un privilège ambigu : ils les incline à plier les événements à ce qui est effectivement advenu, à leur trouver une rationalisation, à éteindre la réflexion sur ce qui aurait pu être. Et alors que le romancier n’est nullement inquiet de la discordance des témoignages [...] l’historien cherche toujours à les accorder, à réduire la part des incertitudes, à camper sur une version unifiée.” OZOUF, Mona : **Varennnes : La mort de la royauté (21 juin 1791)**, 2005. pp. 20-21